

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós Graduação em Administração - PROPAD**

Adriana Tenório Cordeiro

**Perspectivas pós-estruturalistas na
ressignificação de uma estrutura em crise:
[re]discutindo concepções, relações e práticas no
campo do Empreendedorismo**

**Recife
2006**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DE ACESSO A TESES E DISSERTAÇÕES

Considerando a natureza das informações e compromissos assumidos com suas fontes, o acesso a monografias do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco é definido em três graus:

- "Grau 1": livre (sem prejuízo das referências ordinárias em citações diretas e indiretas);
- "Grau 2": com vedação a cópias, no todo ou em parte, sendo, em consequência, restrita a consulta em ambientes de biblioteca com saída controlada;
- "Grau 3": apenas com autorização expressa do autor, por escrito, devendo, por isso, o texto, se confiado a bibliotecas que assegurem a restrição, ser mantido em local sob chave ou custódia;

A classificação desta dissertação se encontra, abaixo, definida por seu autor.

Solicita-se aos depositários e usuários sua fiel observância, a fim de que se preservem as condições éticas e operacionais da pesquisa científica na área da administração.

Título da Monografia: Perspectivas pós-estruturalistas na ressignificação de uma estrutura em crise: [re]discutindo concepções, relações e práticas no campo do Empreendedorismo

Nome do Autor: Adriana Tenório Cordeiro

Data da aprovação: 31/01/2006

Classificação, conforme especificação acima:

Grau 1 ☒

Grau 2 ☐

Grau 3 ☐

Recife, 31 de janeiro de 2006


Assinatura do autor

Adriana Tenório Cordeiro

**Perspectivas pós-estruturalistas na
ressignificação de uma estrutura em crise:
[re]discutindo concepções, relações e práticas no
campo do Empreendedorismo**

Orientador: Sérgio Carvalho Benício de Mello, Ph.D

Dissertação apresentada como requisito complementar para obtenção do grau de Mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco

**Recife
2006**

Cordeiro, Adriana Tenório

Perspectivas pós-estruturalistas na ressignificação de uma estrutura em crise : [re]discutindo concepções , relações e práticas no campo do empreendedorismo / Adriana Tenório Cordeiro. – Recife : O Autor, 2006.

184 folhas : il., fig.,

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Mestrado em Administração, 2006.

Inclui bibliografia e apêndices.

1. Empreendedorismo – Agência coletiva. 2. Produção – Consumo – Desenvolvimento . 3. Pós-estruturalismo – Discurso – Articulação – Cultura e identidade. I. Título.

658

CDU (2.ed.)

UFPE

658

CDD (22.ed.)

BC2006-062

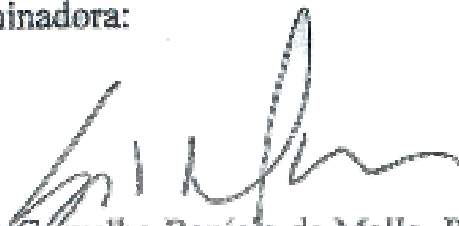
Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD

**Perspectivas pós-estruturalistas na
ressignificação de uma estrutura em crise:
[re]discutindo concepções, relações e práticas no
campo do Empreendedorismo**

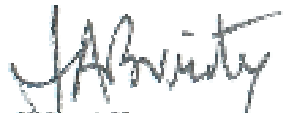
Adriana Tenório Cordeiro

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 31 de janeiro de 2006.

Banca examinadora:



Prof. Sérgio Carvalho Benício de Mello, Ph.D, UFPE (orientador)



Prof. Joanildo Albuquerque Burity, Ph.D, FUNDAJ (examinador externo)



Prof. Fernando Gomes de Paiva Júnior, Doutor, UFPE (examinador interno)

***A meus pais (José Carlos e Marli), pelo amor, e
por me ensinarem que aquilo que me dediquei a
fazer nestas páginas tem valor***

Agradecimentos

Ao Prof. Sérgio C. Benício de Mello, Ph.D, pessoa fundamental na realização deste trabalho, e não apenas deste trabalho. Em seus inúmeros papéis ao longo dos últimos cinco anos, desde a orientação de minha iniciação científica, de meu trabalho de conclusão de curso, de coordenador de projetos em que estive envolvida, professor, orientador, co-autor, mentor, amigo e conselheiro, sempre me desafiou a ser autêntica em minhas indagações.

À Família Cordeiro (Papi, Mummy e Aline), que desde sempre me apoiou, ofereceu os pilares, as raízes, a motivação e as inquietações necessárias para que eu assumisse este desafio. Obrigada por acreditar no meu potencial!

A Beto, meu querido e amado esposo, que ao longo deste Mestrado teve paciência (que palavra doce!...) comigo, soube me acolher e sempre teve uma palavra de incentivo nos momentos difíceis e um sorriso no rosto nos momentos de alegria (Te amo!).

Aos colegas do Núcleo MTN (Marketing e Tecnologia de Negócios), pelos momentos valiosos de aprendizado. Ao Prof. Fernando Paiva, companheiro de discussões, indagações, co-autorias e exemplo de serenidade e dedicação, meus sinceros agradecimentos pelo apoio nesses anos de convivência e por ter aceito fazer parte da banca examinadora. A Arcanjo, que esteve presente desde o início da caminhada, quando ainda olhávamos para as paredes sem saber por onde começar; a Chico, meu irmãozinho, por seu grande exemplo de bom-humor, perseverança e amizade; a Tati, querida amiga, que mesmo a 4.000km, compartilhou comigo dessa experiência avassaladora; a Cíntia, amiga e companheira de batalhas, a primeira pessoa para quem eu ligava nos momentos de angústia, estresse, esperança e alegria durante esse Mestrado; a André Leão, por suas provocações inquietantes a qualquer mente inquisitiva; a Ricardo Vieira, pela disposição em me ajudar e tirar dúvidas ao longo do caminho; a Marcio Sá, pelo apoio oferecido; a demais “colegas nucleares”, e àqueles que um dia já fizeram parte do Núcleo. Obrigada!

Meus sinceros agradecimentos aos membros do SERTA (Serviço de Tecnologia Alternativa), pela disposição e apoio, cruciais para consecução deste trabalho. A Inalda, pela acolhida maternal e apoio, a Moura, pelas reflexões inspiradoras e desafiadoras, aos amigos e àqueles que de alguma forma me apoiaram - Lillian, Fábio, Paulo, Hannah, Zé Roberto, Paulo Roberto, Suely, Ketma, Ilza, Cacá, Chico Dantas, Roberto Mendes, Ceíça, Tereza, Adriana.

À minha segunda família, Sr. Roberto, Dona Letice, Thiago e Lairce, pelo apoio e carinho.

Aos amigos, pelo carinho e orações, e pela compreensão nos meus momentos de ausência ao longo desses dois anos.

À Profa. Helena Chaves, pela disposição e carinho em me ajudar, e por iluminar minhas idéias num momento muito importante dessa caminhada.

Ao Prof. Joanildo A. Burity, por ter aceitado participar da banca examinadora desta Dissertação.

Aos meus co-autores, os pensadores e teóricos que inspiraram e guiaram a construção das minhas idéias.

Aos colegas da Turma 10, que enfrentaram e agüentaram os momentos de dificuldade e pressão sem perder o bom-humor!

Ao PROPAD, aos professores, que contribuíram para minha formação e alimentaram minhas divagações teóricas; à Coordenação, pelo empenho, e à Secretaria, pela dedicação.

À CAPES, que incentivou este trabalho ao me conceder Bolsa de estudos, permitindo minha dedicação exclusiva ao Mestrado.

A Deus - Pai, amigo e consolador-, a figura mais importante, minha razão de existir e realizar. Obrigada, Senhor, pelo amor, consolo, ensinamentos, propósitos, fidelidade, providência, paciência e ideais. Obrigada por prover os sentidos dos propósitos de tudo que faço.

*A fé é a confiança radical de que a casa sempre esteve
naquele lugar e sempre estará*

Henri Nouwen

Resumo

A noção de desenvolvimento vinculada à idéia de crescimento econômico destaca o Empreendedorismo como condição principal para o desenvolvimento. A articulação de demandas coletivas é contemplada por um “empreendedorismo social” que adota estratégias para assimilar novas demandas, de caráter social, de forma que sejam percebidas como meios válidos para reforçar os valores e ideais hegemônicos. Contudo, nas novas formas de identificação coletiva e de pensamento, encontramos um espaço investigativo do modo como uma luta (contra)hegemônica se organiza para desestabilizar significados que antes pareciam fixados. Diante da rede de mudanças havidas nos padrões de produção e consumo, no Estado, na difusão cultural pós-Segunda Guerra Mundial, e no meio-ambiente, uma pluralidade de lutas vem sendo articulada de maneira inédita, expressando resistência e alternativas à exploração capitalistas e seus efeitos. Um descentramento crítico abre caminho para uma nova lógica do social à medida que as práticas sociais articulam e contestam determinados discursos. Segundo uma perspectiva pós-estruturalista, o sujeito empreendedor articula um espaço representativo alternativo. Uma lógica relacional diferenciada é evidenciada no caráter construtivo deste sujeito, destacando-se a identificação com valores de uma coletividade, um discurso que direciona o sentido da ação cooperativa. A sustentabilidade é evidenciada como elemento plural que reorganiza padrões produtivos e de consumo e subordina a “técnica” aos sujeitos sociais. Quando formações culturais entram em contradição com lógicas políticas-econômicas que tentam refuncionalizá-las para exploração, elementos culturais que por si só não possuem conotações políticas necessárias são articulados num discurso alternativo e o desenvolvimento enquanto projeto político é articulado em relações equivalenciais em oposição a uma estrutura repressiva.

Palavras-chave: Prática empreendedora de caráter social. Produção e Consumo. Desenvolvimento. Pós-estruturalismo. Discurso. Cultura e Identidade. Prática articulatória.

Abstract

The notion of development attached to the idea of economic increase highlights Entrepreneurship as a major condition for development. Articulation of collective demands is contemplated by a “social entrepreneurship” that adopts strategies for assimilating new demands, of a social character, in a way that those are perceived as valid means for reinforcing hegemonic values and ideas. However, in new forms of collective identification and thought, we find an investigation space of the way (counter)hegemonic struggle is organized to disestablish meanings that seemed fixed before. Considering the network of changes occurred in production and consumption logics, the State, in the post-Second World War cultural diffusion, and in the environment, a plurality of struggles and proposals have been articulated in an inedited manner, expressing resistance and alternatives against capitalist exploitation and its effects. A critical decentring opens way for a new social logic insofar as social practices articulate and contest certain discourses. Through post-structuralist lenses, the entrepreneurial subject articulates an alternative representation space. A differentiated relational logic is highlighted in the constructive character of this subject as identification with values of a collectivity, a discourse that guides the meaning of cooperative action. Sustainability is evidenced as a plural element for re-organizing productive and consumption frameworks and subordinating technique to social subjects. When cultural formations contradict political and economic logics that try to re-functionalize them for exploitation, cultural elements that alone have no necessary political connotations are articulated in an alternative discourse and development as a political project is articulated in equivalential relations confronting a repressive structure.

Key-words: Social entrepreneurship practice. Production and Consumption. Development. Post-structuralism. Discourse. Culture and Identity. Articulatory practice.

Sumário

1 Introdução.....	14
2 Repensando a tradição marxista: Discurso, Ideologia e Hegemonia na concepção de uma nova sociedade.....	24
3 Transição para uma nova consciência: trajetória e momentos	35
4 Operações ideológicas no processo de reconstrução: elementos para uma ressignificação da realidade social	54
5 Notas sobre a reificação de mitos ideológicos na prática empreendedora	68
6 Para além de um economicismo individualista: a agência coletiva numa prática empreendedora de caráter social.....	79
7 Desfazendo antigas certezas: a insustentabilidade do modelo atual.....	94
8 Denunciando uma racionalidade sócio-política na prática da produção e do consumo	105
9 O “cultural” enquanto espaço privilegiado de articulação: território e projeto.....	128
10 Por uma perspectiva teórica socialmente comprometida	157
Referências Bibliográficas.....	164
Apêndice A – Recuperando prioridades conceituais.....	173
Apêndice B – Questões de método.....	177
Apêndice C – Roteiros investigativos	180

Lista de figuras

Figura 01 – Mobilização na base: a construção de uma vontade coletiva.....	41
Figura 02 – A luta hegemônica como processo relacional.....	45
Figura 03 – Ampliação da definição do problema que mobiliza o ator e confere sua identidade	52
Figura 04 – Hegemonização de sentido pela lógica estrutural dominante	109
Figura 05 – Ressignificação de elementos e sua articulação num projeto político alternativo	121
Figura 06 – Elementos de articulação de uma nova identidade coletiva.....	152

1 Introdução

Uma interação mais complexa e interdependente entre focos dispersos de produção, circulação e consumo têm firmado a globalização como novo regime de produção do espaço e do tempo. Além da inclinação para se enfraquecer as diferenças culturais em prol de uma cultura das grandes áreas transnacionais, a ordem capitalista global tem, sistematicamente, produzido desigualdades de recursos e poder, formas de sociabilidade empobrecidas e a exploração predatória de recursos naturais em nível global. As ameaças promovidas pela hegemonia do capital e do mercado têm suscitado, em contrapartida, formas de resistência e reflexão acerca de alternativas contra a dominação e exploração capitalistas e seus efeitos. Assim, uma proliferação de propostas e iniciativas advindas de atores coletivos, particularmente organizações da sociedade civil, evidencia um campo de ação que surge em torno de demandas e traços identitários específicos (e.g., projetos políticos, valores, origem étnica, de gênero, religiosa, regionalismos etc.) que definem para si uma agenda. Ponto relevante na pauta dessa agenda tem sido a contestação da noção hegemônica de desenvolvimento, por atores sociais que fazem do território o campo para a construção de projetos alternativos visando à consolidação gradual de uma subsistência correta.

A crescente sensibilidade para o tema da diferença e a sua articulação em termos sócio-culturais tem sido expressa em novas formas de identificação coletiva (cf. HALL, 2003) – negros, mulheres, povos indígenas, ecologia, pacifismo, juventude, movimentos religiosos – e novas formas de posicionamento diante das ameaças de uma ordem global marcada pela hegemonia do capital e do mercado. Verificamos na valorização desses discursos de defesa uma preocupação central com a identidade, preocupação esta que se torna para nós, inseridos

na “sociedade em rede”¹, ao mesmo tempo uma exigência e uma tentativa de lidarmos com uma dispersão - temporal e espacial – cada vez mais complexa.

Tal complexidade é, em parte, reflexo da intensificação das dependências recíprocas, do crescimento e da aceleração de redes econômicas que operam em escala mundial através de um novo regime de produção espaço-temporal – a globalização (cf. CASTELLS, 1997). A profunda reestruturação da ordem capitalista, por sua vez, é marcada pela maior flexibilidade de gerenciamento, a descentralização de empresas e sua organização em “redes”, e o fortalecimento do papel do capital face ao trabalho. Além disso, observamos a individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho; a incorporação maciça das mulheres na força de trabalho remunerada, geralmente em condições discriminatórias; a intervenção estatal para desregular os mercados, exercendo impacto significativo na relação entre Estado e sociedade civil; e o aumento da concorrência econômica global em um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográficos e culturais para a acumulação e a gestão do capital (CASTELLS, 1997).

As mudanças ocorridas no âmbito sócio-cultural são tão drásticas quanto os processos de transformação tecnológica e econômica. Hall (2003) descreve que bem antes da expansão européia, a partir do século XV, e com crescente intensidade desde então, a migração e os deslocamentos dos povos têm sido mais regra que exceção, produzindo sociedades étnica ou culturalmente “mistas”. Porém, desde a Segunda Guerra Mundial, a “questão multicultural”²

¹ Castells (1997) discute a composição dos elementos concretos de um novo paradigma, o da tecnologia da informação, e como seus processos dominantes estão cada vez mais organizados em torno de redes; essas redes constituem a nova morfologia da sociedade contemporânea. O autor analisa os contornos da organização, da sociedade e do Estado sob uma perspectiva global e comparativa.

² Hall (2003) explica que o termo ‘multicultural’ descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade “original”. Em contrapartida, o termo ‘multiculturalismo’ refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais. A evidência cada vez mais significativa desses problemas e a urgência de sua apreciação delineiam a “questão multicultural” contemporânea.

tem se tornado cada vez mais evidente e hoje ocupa lugar central no campo de contestação política.

Somos marcados por nossas múltiplas formas de “pertencer”, carregamos “heranças” ao longo da história de um lugar a outro através de nossos deslocamentos, apesar de refletirmos as raízes de nossas comunidades, grupos ou tradições de origem (BURITY, 2000). A questão multicultural é uma evidência de questionamentos acerca dos desafios de se viver numa “sociedade multicultural”, e que precisam ser urgentemente enfrentados. A dimensão coletiva da identidade é assim destacada à medida que a globalização exige a reinterpretação de nossa experiência à luz de novos desafios.

Mas, que desafios são esses? No contexto mundial, enquanto uma tendência “homogeneizante” reflete uma inclinação para o enfraquecimento das diferenciações culturais visando à formação de uma cultura das grandes áreas transnacionais (cf. ORTIZ, 1994), observamos o enfraquecimento da capacidade regulatória do Estado-nação (cf. HALL, 1999; 1996a), modificando significativamente as relações identitárias entre Estado e sociedade civil (ROVISO, 2000). Além disso, a ordem capitalista sistematicamente produz desigualdades de recursos e de poder, sendo que as relações de concorrência exigidas pelo mercado capitalista produzem formas de sociabilidade empobrecidas, baseadas no benefício pessoal em lugar da solidariedade; e a exploração crescente dos recursos naturais em nível global põe em perigo as condições físicas de vida na Terra (SANTOS, 2002).

Assim, diante da rede de mudanças havidas no mundo do trabalho, no Estado, na difusão cultural pós-Segunda Guerra Mundial, e no meio-ambiente, diversas “lutas” - urbanas, ecológicas, anti-autoritárias, anti-institucionais, feministas, anti-racistas, étnicas, regionais, ou das minorias sexuais - vêm sendo articuladas de maneira inédita (cf. LACLAU e MOUFFE, 1989). Esse movimento tem tendido a assumir a forma de uma “proliferação de particularismos”, uma valorização das “diferenças” e dos discursos de “defesa”, procurando

tornar visíveis as formas de resistência, oposição e as alternativas surgidas, em diferentes locais, contra a dominação e exploração capitalistas e seus efeitos.

Neste sentido, uma proliferação de alternativas e propostas advindas de atores coletivos, sobretudo organizações da sociedade civil³, evidencia um campo de ação que surge em torno de demandas ou questões que requerem a negociação de apoios, mobilização de recursos, definição de estratégias e engajamento em formas de ação coletiva (ver BURITY, 2000). Essa amplitude de possibilidades inclui formas de conceber e organizar a vida econômica que implicam reformas radicais dentro do capitalismo, através do questionamento do caráter excludente da ordem vigente e o debate sobre alternativas para o desenvolvimento (cf. SANTOS, 2002).

Mas estamos diante de um cenário onde predomina a noção de que desenvolvimento é sinônimo de aumento dos níveis de consumo de toda a sorte de mercadorias. O pensamento político-econômico contemporâneo é dominado pela idéia de que a dinâmica da vida social depende do planeta apenas na medida em que dele retira recursos naturais, sendo que a oferta desses recursos estaria sempre “disponível” ou, pelo menos, sempre poderia ser substituída tecnologicamente, permitindo um crescimento “ilimitado” da produção humana (PÁDUA, 1999). Uma “ideologia do progresso” (inscrita na Bandeira Nacional brasileira), ao pressupor o crescimento contínuo das forças produtivas, vislumbra a possibilidade de um atendimento “gradual” das demandas coletivas por meio de arranjos político-econômicos. O crescimento contínuo da produção e do saber tecnológico, por sua vez, seria capaz de aumentar o controle humano sobre o espaço natural, anulando os riscos potenciais advindos da natureza.

³ De acordo com Tavares (2000), na América Latina, as primeiras organizações não-governamentais (ONGs) surgem na década de 60 visando contribuir para a mudança social através de projetos alternativos, sobretudo no tocante às questões de gênero, a partir de recursos financeiros internacionais. Essa se configuraria a fase embrionária das ONGs na América Latina. No Brasil, a partir da década de 80 essas organizações passaram a se identificar como “ONGs”, marcando uma postura de distinção quanto às ações governamentais. Foram fundadas inúmeras organizações para defender direitos políticos, civis e humanos, ameaçados pelo período da ditadura militar.

O caráter ilusório dessa expectativa, contudo, torna-se cada vez mais evidente. Observamos a saúde da população subordinar-se à saúde dos bancos, a educação virar uma mercadoria regulada pelo mercado, e o meio ambiente ser reduzido à condição de objeto residual de políticas comprometidas basicamente com a prosperidade do sistema financeiro (ACSELRAD e LEROY, 1999). Inclusive, ao difundir a promessa de crescimento “ilimitado” da produção, a ordem capitalista global tem gerado dilemas ecológicos e políticos fundamentais ligados à expectativa de que um modelo de alto consumo possa ser replicado universalmente, gerando sociedades afluentes em todas as partes do planeta.

Quando passamos a questionar essa ordem capitalista globalizada neoliberal (ver MOUFFE, 2003), uma das tarefas urgentes consiste em formularmos alternativas concretas que sejam ao mesmo tempo emancipatórias e viáveis e que, por isso, dêem conteúdo específico às propostas por uma globalização “contra-hegemônica”⁴ (ver SANTOS, 2002). A função da prática e do pensamento emancipatórios consiste em ampliar o espectro do possível através da experimentação e/ou da reflexão acerca de alternativas que representem formas melhores de sociedade. Quando o foco do ator coletivo reside em olhar as possibilidades emancipatórias concretas, armazenadas no processo de dominação societária, a ação social transformadora pode se dar pela identificação de recursos sócio-culturais em prol de um empreendimento cujo “produto” consiste, inicialmente, numa “tomada de consciência” por parte dos envolvidos, mas não redutível a isso; necessita-se do engajamento em torno de um novo projeto coletivo.

A adoção de um novo projeto baseado numa concepção alternativa para o desenvolvimento contrapõe-se à idéia de que a economia seja uma esfera independente da vida social, cujo funcionamento requeira o sacrifício de bens e valores não-econômicos - sociais (e.g., igualdade e solidariedade), políticos (e.g., participação democrática), culturais (e.g., diversidade étnica) e naturais (e.g., o meio ambiente). Numa crítica a um reducionismo

⁴ O ativismo a favor de uma globalização “contra-hegemônica” começou, inclusive, a desenvolver formas de coordenação como a realização do primeiro Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em janeiro de 2001.

economicista, a perspectiva de um desenvolvimento “alternativo” (ver SANTOS, 2002; SACHS, 2004; PRÉVOST, 1993; SCHUMACHER, 1983) sublinha a necessidade de tratarmos a economia como parte integrante da sociedade e de subordinar os fins econômicos à proteção destes bens e valores. Desse modo, o mercado perderia sua posição de ator central do desenvolvimento, e a economia passaria a ser vista como uma das dimensões de qualquer projeto de reprodução ou transformação de quaisquer sociedades.

O conceito de desenvolvimento, enquanto direito das sociedades à melhoria das suas condições de vida em um contexto eqüitativo, encontra-se interligado à noção de “sustentabilidade”, a qual remete à relação entre a sociedade e a base material de sua reprodução, e os efeitos desta relação sobre as gerações futuras. Não se trata de uma sustentabilidade dos recursos e do meio ambiente, mas sim das formas sociais de apropriação e uso desses recursos e deste ambiente, ou seja, o processo pelo qual as sociedades administram as condições materiais de sua reprodução, inclusive definindo os princípios que orientam a distribuição desses recursos. Pensar dessa maneira implica se debruçar sobre a luta social, posto que se torna visível a vigência de uma luta entre diferentes modos de apropriação e uso da base material das sociedades (ACSELRAD, 1997).

Mas, qual o sentido de falarmos num Brasil sustentável? No Brasil, a fantasia do “progresso” parece estar acompanhada de políticas sociais que instituem as promessas de inserção competitiva no futuro as quais justificam “tudo” no presente, inclusive a negligência a propostas autóctones de desenvolvimento (PÁDUA, 1999). Os efeitos destrutivos da ordem hegemônica de desenvolvimento fomentam, porém, uma resistência de atores sociais que fazem do território o campo para a construção de projetos contra-hegemônicos de desenvolvimento, com horizontes temporais e trajetórias históricas próprias, e mobilizados pela aspiração de uma realidade social transformada (melhorada) que julgam possível e à qual sentem ter direito. A esses projetos contra-hegemônicos, são atribuídos sentidos utilitários,

